



Empreendedorismo de Mulheres de Baixa Renda: Estudo de Caso do Programa Mulheres Mil no IF Sudeste MG – Campus Barbacena

Aline Neto de Oliveira
aline_neto2013@yahoo.com.br
IF Sudeste MG - Barb

Nicássia Feliciano Novôa
nicassia.novoa@ifsuestemg.edu
IF Sudeste MG - Barb

Orlando Manuel Martins Marques de Lima Rua
orua@iscap.ipp.pt
IPP

Hélder Antônio da Silva
helder.silva@ifsudestemg.edu.br
IF Sudeste MG - Barb

Cláudia Maria Miranda de Araújo Pereira
claudia.miranda@ifsudestemg.edu.br
IF Sudeste MG - Barb

Resumo: Existe uma lacuna na literatura nacional a respeito do entendimento sobre o empreendedorismo de mulheres de baixa renda. Assim, o objetivo geral do presente estudo é mapear os resultados da revisão sistemática do tema “empreendedorismo feminino” na literatura acadêmica brasileira, através da avaliação do corpus de artigos advindos das bases de dados do Spell, “Google Scholar” e Scielo, no período de 2012 a 2018, no intuito de realizar o levantamento dos elementos que podem impactar na formação e manutenção das mulheres como empreendedoras no mercado e, assim, fazer um comparativo com os dados da pesquisa empírica do estudo de caso no Programa Mulheres Mil do IF Sudeste MG – Campus Barbacena, para identificar, por meio das comparações dos dados, as semelhanças e diferenças entre os estudos do empreendedorismo feminino e o estudo de caso do empreendedorismo feminino de baixa renda. A metodologia utilizada foi dividida em duas etapas: a revisão sistemática (SAMPAIO; MANCINI, 2007) e o Estudo de Caso (YIN, 2010). Os resultados apontam que a questão de os sujeitos da pesquisa serem diferentes influenciou distintamente na identificação dos elementos. De maneira geral, foi apontado a necessidade da emergência de políticas públicas voltadas, principalmente, para mulheres em situação de vulnerabilidade social.

Palavras Chave: Empreendedorismo - Mulheres Baixa Renda - Políticas Públicas - Revisão

1. INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, com as mudanças ocorridas, diversas classes sociais têm se equipado com vários capitais sociais e culturais para formular uma visão empreendedora (LIMA; NELSON; NASSIF, 2016). Diante desse contexto, as mulheres têm buscado ocupar cada vez mais seu espaço no mercado de trabalho, trazendo consigo o desejo da equiparação, principalmente no que diz respeito à remuneração, à ocupação de cargos e ao reconhecimento profissional (CRAMER et al., 2012).

Os estudos que envolvem empreendedorismo feminino voltam-se para o enfoque nas relações existentes entre a trajetória da mulher, o gênero, os desafios enfrentados para conciliar a sua vida pessoal com o mercado de trabalho, entre outros. O empreendedorismo por gênero traz consigo grandes diferenças, e essas podem ser associadas a várias barreiras encontradas pelas mulheres empreendedoras, como a dificuldade para conseguir financiamento, o preconceito dentro do mercado de trabalho, a dificuldade de conciliação familiar e organizacional, dificultando assim o estabelecimento de seus negócios (GEM, 2016).

Diante de todo o contexto acima exposto, percebe-se uma lacuna na literatura sobre o debate a respeito do empreendedorismo de mulheres de baixa renda, o que motivou o interesse em realizar um estudo sobre o referido tema. Logo, o objetivo geral da presente pesquisa é mapear os resultados da revisão sistemática do tema “empreendedorismo feminino” na literatura acadêmica brasileira, através da avaliação do corpus de artigos advindos das bases de dados do Spell, “Google Scholar” e Scielo, no período de 2012 a 2018, no intuito de realizar o levantamento dos elementos que podem impactar na formação e manutenção das mulheres como empreendedoras no mercado e, assim, fazer um comparativo com os dados da pesquisa empírica do estudo de caso no Programa Mulheres Mil do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais – Campus Barbacena, para identificar, por meio das comparações dos dados, as semelhanças e diferenças entre os estudos do empreendedorismo feminino e o estudo de caso do empreendedorismo feminino de baixa renda.

Este estudo pretende contribuir para o delineamento de questões a serem estudadas, no que se refere ao empreendedorismo feminino de baixa renda e o papel das políticas públicas dentro da inclusão do gênero feminino na atividade empreendedora, ajudando assim a estabelecer uma relevância teórica para o entendimento do contexto aqui apresentado, já que a literatura não possui um debate denso sobre o tema do empreendedorismo relacionado com mulheres em situação de vulnerabilidade social.

Assim sendo, como detalhamento do objetivo geral, os objetivos específicos se apresentam da seguinte forma: (i) desenvolver sobre o empreendedorismo feminino, definições e abordagens específicas; (ii) explicar sobre a política pública do Programa Mulheres Mil no contexto nacional; (iii) apresentar a metodologia da revisão sistemática e do estudo de caso; (iv) Apresentar uma visão geral da revisão sistemática do corpus de artigos sobre empreendedorismo feminino, (v) discorrer sobre o caso do Programa Mulheres Mil no IF Sudeste MG – Campus Barbacena; (v) mostrar comparativamente os resultados da revisão sistemática e as análises dos dados da pesquisa de campo para apresentar as semelhanças e divergências existentes.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 EMPREENDEDORISMO FEMININO À LUZ DA ANÁLISE DAS QUESTÕES DE GÊNERO E BAIXA RENDA

Embora as mulheres ainda tenham uma inserção mais frágil dentro do mercado de trabalho, verifica-se que ao longo das décadas há um crescimento da participação das mesmas

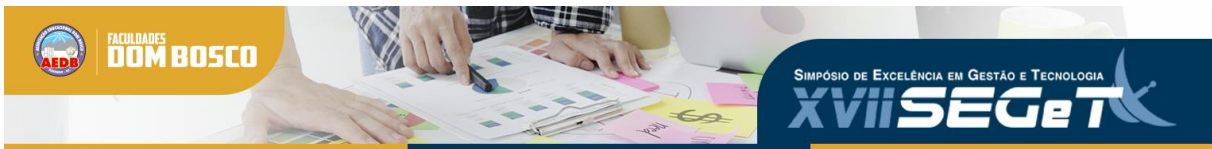


na economia através de ações empreendedoras, sendo essas voltadas para a criação de empresas, para o empreendedorismo comunitário ou até mesmo para o trabalho autônomo (NATIVIDADE, 2009; IULIANA, 2014; VAZ; SANTOS; LEICHSENRING, 2019). No âmbito de países em desenvolvimento, como o Brasil, observa-se uma grande introdução feminina no exercício profissional informal, uma vez que diante da grande desigualdade e da falta de espaços onde possam desempenhar suas atividades, as mulheres acabam por empregar seus conhecimentos em negócios autônomos (NATIVIDADE, 2009). Dessa forma, pode-se dizer que apesar da quebra de alguns paradigmas impostos culturalmente, há um grande caminho a ser percorrido pelo público feminino, principalmente o de baixa renda, dentro do cenário da desigualdade de gênero até o alcance de uma maior participação na atual conjuntura local e global (NATIVIDADE, 2009).

Segundo Rodrigues, Melo e Lopes (2016), os estudos voltados para o empreendedorismo feminino tornaram-se evidentes pelo fato da ligação com as organizações e os indivíduos. Todavia, quando relacionado ao gênero o empreendedorismo se apresenta com significados diferentes, ou seja, para a mulher o empreendedorismo vai além da questão econômica, estaria mais ligado à dissociação da figura frágil, sensível e previsível da mulher. Assim sendo, Hisrich e Peters (2004) corroboram com a ideia de que a capacidade de empreender apresenta suas diferenças entre os gêneros, mesmo diante do interesse e experiência de ambos dentro do empreendimento. Tais aspectos são evidenciados pelo GEM (2018), em um levantamento sobre as variações do número de empreendedores por gênero segundo o estágio do empreendimento. Segundo os dados do GEM (2018), a porcentagem das mulheres em seus negócios iniciais (17,3%) se aproxima da porcentagem do gênero masculino (18,5%), apresentando uma diferença mínima de 1,2%. Porém, no quesito estabelecimento do negócio, a porcentagem dos homens se apresenta de maneira superior (23,3%) em relação às mulheres (17,2%), expondo uma diferença de 6,1%. Tais indicadores corroboram para o questionamento sobre os motivos que influenciam o período de manutenção dos negócios femininos quando comparados ao gênero masculino.

No decorrer dos anos, as diferenças entre os gêneros (feminino e masculino) acerca do empreendedorismo se exibem de forma contínua, sobretudo na questão dos negócios estabelecidos (GEM, 2018). Percebe-se ao analisar os dados do GEM, uma prevalência dos negócios iniciais femininos em determinados períodos (2007, 2009, 2013, 2014 e 2016), e uma redução da diferença dos percentuais dentro da cronologia, principalmente quando observado de 2009 em diante. Ao longo dos anos, a figura da mulher tem estado mais presente no âmbito do empreendedorismo, uma vez que essa tem buscado paulatinamente seu espaço no mercado de trabalho, no que tange ao desejo da estruturação de uma nova identidade, realização pessoal e sobrevivência (NATIVIDADE, 2009; CRAMER et al., 2012; FERNANDES et al., 2016; RODRIGUES; MELO; LOPES, 2016). Todavia, quando relacionado à durabilidade e manutenção dos empreendimentos o gênero masculino se sobressai.

Verifica-se a predominância da manutenção dos negócios masculinos ao longo de 10 anos, fato esse que admite sobre a dificuldade da maioria das mulheres empreendedoras em se estabelecer no mercado (GEM, 2017). Dentre os elementos que dificultam o andamento dos negócios femininos pode-se citar: falta de confiança, dificuldades para conseguir financiamento, crenças sociais, falta de suporte, dificuldades em conciliar as demandas profissionais e pessoais, inexistência de uma educação especializada, entre outros (IULIANA, 2014; GEM, 2017). Diante das diversas barreiras impostas para o empreendedorismo feminino, muitas mulheres acabam por se limitar aos negócios informais, onde as chances do desenvolvimento de algo mais sólido e duradouro são menores (IULIANA, 2014). Ainda, um dos elementos que se destaca como influenciador da preferência feminina pela ação



empreendedora informal é a flexibilização de horários, uma vez que a conciliação do trabalho de horário fixo com as atividades domésticas se torna um empecilho (VAZ; SANTOS; LEICHSENTRING, 2019).

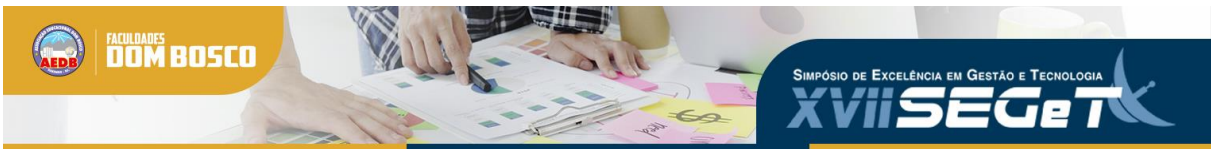
A questão da dificuldade de conciliação da “dupla jornada” gera um maior impacto para as mulheres de baixa renda que não possuem condições financeiras e nem outras opções para amenizar o problema, o que facilita a escolha pela permanência em negócios informais que possam ser desenvolvidos no próprio lar para a geração de renda. Diante das dificuldades citadas e dentro do contexto voltado para empreendedorismo e mulheres de baixa renda, tal fato contribui para o entendimento da existência das diversas atividades autônomas femininas, uma vez que esse perfil vulnerável não possui opções e nem encontra muitas condições para atingir elevados patamares de empreendimento que possam modificar sua situação de pobreza. Em territórios caracterizados pela pobreza, há maior identificação de mulheres em trabalhos informais que se organizam em arranjos produtivos coletivos ou se tornam microempreendedoras individuais (ALMEIDA, 2018).

De acordo com os pressupostos de Natividade (2009), o saber colocado em prática pelas mulheres que desenvolvem as ações empreendedoras advém, em sua grande maioria, de uma base de construção coletiva pautada em três eixos, sendo eles: cultural, familiar e local. Logo, para GEM (2014), a melhora do posicionamento no mercado de trabalho da mulher em relação ao empreendedorismo está totalmente ligada à formação educacional e ao grau de escolaridade, visto que estes contribuem para sua evolução profissional e social. Para outros autores como Fernandes et al (2016) e Barros e Melo (2016), voltado para o contexto econômico, o empoderamento feminino é um dos elementos contribuintes para que as mulheres consigam maior participação por meio de rendas próprias, uma vez que está atrelado ao alcance da autonomia, do autocontrole sobre a vida e a mobilização para a melhoria das próprias condições.

Assim sendo, devido às condições de sobrevivência do público feminino, no que diz respeito à discriminação enfrentada, aos padrões de exclusão social, política e econômica no país, surge a necessidade da criação de políticas públicas direcionadas para as mulheres, principalmente as de baixa renda, a fim de proporcionar um melhor posicionamento dessa classe perante a sociedade. De acordo com GEM (2018), através da recomendação de alguns especialistas para o aperfeiçoamento do ambiente propício para um novo negócio, se destaca as políticas governamentais.

Tendo em vista os inviabilizadores do empreendedorismo, os especialistas citam alguns dos mesmos elementos como importantes para a abertura de um negócio, como é o caso das políticas governamentais, que se apresentam em primeiro plano com 75% de recomendação, a educação e capacitação, com 42,5% e o apoio financeiro com 32,5%. Logo, há uma maior especificação das políticas governamentais citadas como essenciais pelos especialistas na melhoria das condições para empreender no Brasil (GEM, 2018). Assim, fica claro que as ideias dos especialistas sobre as políticas governamentais se alinham aos resultados encontrados dentro das limitações dos empreendimentos no Brasil. O fomento do empreendedorismo através de políticas governamentais é fundamental e merece atenção, pois através de sua ascensão, no que tange à igualdade de gênero principalmente, a economia do país será estimulada, através da melhoria das taxas de desemprego e da melhoria da qualidade de vida das pessoas em situação desfavorável (MARINHA et al, 2014).

Um dos principais empecilhos para se iniciar um empreendimento está na falta de recursos para a boa ideia sair do papel. Além disso, quando há o apoio financeiro por parte das instituições financeiras, os juros cobrados de maneira absurda atrapalham o andamento de todo o processo empreendedor (MENEGATTI; RIBEIRO; MENEGHATTI, 2015). Dessa



forma se faz necessário, ações governamentais que amenizem tal questão. Os autores Vianna, Teixeira e Franca (2013), afirmam que a abertura de negócios está totalmente ligada aos incentivos do governo dentro do apoio ao empreendedorismo, algo que reforça a ideia da importância das ações governamentais para a sobrevivência, crescimento e criação dos negócios, principalmente para ao incentivo e fomento do empreendedorismo feminino de baixa renda.

2.2 PROGRAMA MULHERES MIL: UMA POLÍTICA PÚBLICA VOLTADA PARA A FORMAÇÃO DE EMPREENDEDORAS

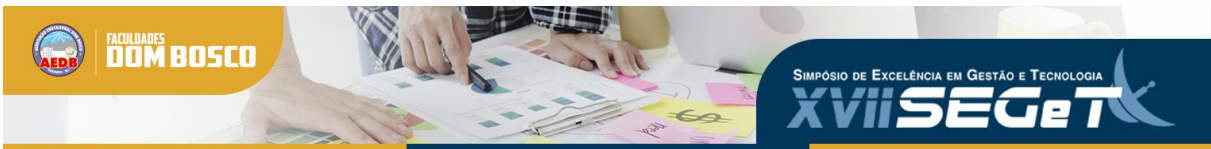
O Programa Mulheres Mil foi implantado inicialmente no Brasil por meio de um Projeto Piloto executado em 12 estados das regiões norte e nordeste do país, advindo de uma parceria com a Association of Canadian Community Colleges (ACCC) do Canadá em 2007, sendo direcionado para aquelas mulheres pertencentes a um mesmo território, com identidades e histórias em comum (TAVARES; ARAUJO, 2018). Segundo MEC (2011 b) e Hubner et al (2017), durante a análise dos resultados do projeto piloto do Programa Mulheres Mil realizado, as principais contribuições do programa na vida das mulheres que participaram do mesmo foram: (i) auxílio na descoberta delas mesmas como cidadãs que possuem direitos; (ii) melhoria da autoestima, das relações com seus familiares e com os amigos, e; (iii) estímulo a melhoria da escolaridade, devido ao retorno para os bancos escolares na busca de novos conhecimentos.

Posteriormente, após os resultados apresentados, o Programa Mulheres Mil emergiu como sendo uma das ações do Plano Brasil sem Miséria, que foi criado pela Portaria nº 1.015, em 21 de julho de 2011, possuindo as principais diretrizes: “I - Possibilitar o acesso à educação; II - Contribuir para a redução de desigualdades sociais e econômicas de mulheres; III - Promover a inclusão social; IV - Defender a igualdade de gênero, e; V - Combater a violência contra a mulher”. Dentro da metodologia do Programa “Acesso, Permanência e Êxito”, houve a oferta de cursos profissionalizantes com carga horária mínima, direcionados para as mulheres “em vulnerabilidade e risco social, vítimas de violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, com escolaridade baixa ou defasada e, preferencialmente, ainda não atendida pelo Pronatec/BSM” (TAVARES; ARAUJO, 2018).

Ainda, o programa diante de sua metodologia privilegiava temas como: direitos e deveres das mulheres, empreendedorismo, economia solidária, saúde, elevação da autoestima, entre outros, para assim atingir a inclusão social, a inserção no mercado e o alcance da cidadania (MEC, 2018; CARMO, 2019). O Programa engloba mulheres pertencentes a um mesmo local, com identidades e histórias em comum (TAVARES, 2018), pois a perspectiva do território considera o fortalecimento dos vínculos entre familiares e comunidade, contribuindo assim para o desenvolvimento coletivo e individual (ALMEIDA, 2018).

Para a execução das premissas do programa por meio dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia houve a estruturação em três eixos: educação, cidadania e desenvolvimento sustentável, que visa gerar oportunidades e criar alternativas para a inserção de mulheres, com vulnerabilidade social, no mundo do trabalho, por meio da melhoria do seu potencial e autoestima, para que elas possam melhorar a qualidade de suas vidas e de suas famílias. De uma maneira geral, de acordo com MEC (2014), o referido programa tem dois objetivos a serem alcançados: (i) Objetivo de acesso, e; (ii) Objetivo de permanência e êxito (MEC, 2014; ALMEIDA, 2018).

O Guia Metodológico do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito se enquadra como um instrumento de auxílio na formação das mulheres participantes do programa e responsável pelo êxito do mesmo (MEC, 2014; CARMO, 2019). Segundo Carmo (2019), as políticas públicas educacionais voltadas para a inserção no mercado de trabalho e igualdade de



oportunidades, gera a capacidade de ação dos indivíduos vulneráveis, como o público feminino. No módulo acesso o programa se aproxima da comunidade para a coleta das informações necessárias, enquanto no módulo êxito e permanência, há o delineamento das ações a serem tomadas para manutenção e integração das mulheres no processo, para que ocorra a formação e a emancipação por meio da educação (MEC, 2011; SOUZA, 2018).

O Programa Mulheres Mil em seu eixo sustentável impulsiona o empreendedorismo, as associações solidárias e a empregabilidade como forma de entrada no mercado de trabalho, uma vez que tal inserção não se limita apenas aos contratos de trabalho com todos os direitos trabalhistas (BORDIGNON, 2018; ALMEIDA, 2018). No Plano Nacional Mulheres Mil foi representado a finalidade do mesmo, que visa fomentar as potencialidades econômicas de cada região e a sua vocação econômica, propendendo desenvolver parceiros entre entidades e empresas. O Programa busca à inclusão das educandas tanto na vida social, mas, principalmente, no mundo produtivo, tendo como foco o empreendedorismo, empregabilidade, associações solidárias e incubadoras tecnológicas sociais.

O Programa, através de seus eixos possibilita uma maior abrangência de elementos que podem trazer benefícios para as mulheres em diversos âmbitos que engrenados entre si estimulam a ação empreendedora de certa forma, mas que sob o olhar do ciclo das políticas gera controvérsias. O Estado, através da política pública do Mulheres Mil, disponibiliza recursos para que a população mais pobre seja inserida em ações de qualificação profissional para fins de incentivo ao “empreendedorismo e a economia solidária (SILVA, 2015), uma vez que tal política, conforme citado anteriormente, está inclusa no eixo do Plano Brasil sem Miséria que com o objetivo de trazer oportunidades de renda e trabalho para as pessoas de condições econômicas inferiores.

Entretanto, sob o olhar do empreendedorismo, o autor Silva (2015) através de resultados com sua pesquisa sobre o programa, explicita que de fato o mesmo estimula a produtividade e o empreendedorismo por meio da autogestão, mas que, porém, não há a geração de oportunidades eficientes para que as mulheres consigam se aproximar dos canais econômicos, o que leva à dificuldade de colocar em prática o que se aprende nos cursos. Ainda, as participantes do programa reconhecem o objetivo voltado para autonomia financeira e o empreendedorismo, porém as dificuldades como a falta de investimento ou condições financeiras acabam por interromper a continuidade de todo trabalho materializado.

Tavares (2018) relata que dentro do aprofundamento dos estudos sobre a política pública do Programa Mulheres Mil, observa-se que a mesma não tem condições para a retirada as egressas da extrema pobreza, algo que fica comprovado ao analisar a duração dos cursos que não permitem a grande imersão dentro dos saberes para o alcance de ocupações no mercado com grandes rendimentos. Ainda, de acordo com o autor, é um fato que os objetivos do programa existem, mas que na prática traz certos questionamentos sobre a inclusão das mulheres no mundo de trabalho competitivo apenas com conhecimentos adquiridos dentro de cargas horárias não tão significativas.

Dentro da perspectiva da formação profissional e humana proporcionada pelo Mulheres Mil (RIBEIRO, 2013), os autores Tavares (2018), Almeida (2018) e Carmo (2019), através de seus estudos acerca do Programa, relatam que as vantagens adquiridas, no que se refere à experiência educacional, empoderamento, autoestima elevada e autonomia, contribuíram para a transformação e crescimento humano das mulheres, uma vez que tais elementos são importantes para um ponto inicial, onde as mulheres tenham motivação para seguir adiante em busca de oportunidades mais consistentes para suas vidas. Dessa forma, o programa apesar de propor qualificação para o mercado de trabalho, alia essa questão à uma formação que leve as mulheres a serem sujeitos da própria história (RIBEIRO, 2013).

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Os processos metodológicos da presente pesquisa se dividiram em duas etapas: (i) revisão sistemática de um corpus de artigos advindos da base de dados Spell¹, “Google Scholar” e Sciello² acerca do “empreendedorismo feminino” para a formulação do referencial teórico, e; (ii) pesquisa de campo, por meio do método do estudo de caso no Programa Mulheres Mil do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais – Campus Barbacena referente à importância das políticas públicas para o despertar empreendedor em mulheres de baixa renda a fim de realizar o mapeamento das egressas que conseguiram empreender, identificando os elementos que contribuíram e/ou inviabilizaram a implementação do negócio e os elementos que restringiram a permanência daquelas empreendedoras que não conseguiram a sustentabilidade do seu negócio, para assim realizar uma análise comparativa com a teoria.

Dessa forma, a primeira etapa se refere à revisão sistemática, que é considerada uma forma de pesquisa com “caráter retrospectivo” elaborado através de uma fonte de dados composta pela literatura de um determinado tema (SILVA, 2012; IGARASHI et al., 2015, p. 139). Para Abreu e Alcântara (2014), a revisão sistemática se difere da revisão de literatura tradicional por “adotar um processo transparente, replicável e científico, além de permitir identificar contribuições científicas relacionadas a um determinado assunto”. Assim, o presente estudo utilizou o método de Revisão sistemática aplicado por Sampaio e Mancini (2007), que são a base para agregar informações de estudos distintos acerca de uma temática, que podem levar à resultados iguais ou divergentes, trazendo contribuições para estudos futuros, por meio da busca da qualidade de material advindo da fonte primária.

Tendo como base as etapas da revisão sistemática, se faz necessário o alinhamento de cada estratégia para auxiliar na resposta da problemática da pesquisa através da análise do corpus de artigos selecionados. Por conseguinte, há o detalhamento das estratégias para busca e critério de seleção dos artigos da revisão sistemática, vide tabela 1:

Tabela 1: Critérios de Busca e Seleção do *Corpus* de Artigos da Pesquisa

PASSOS	DESCRIÇÃO
Base de Dados Pesquisada	Periódicos disponíveis em base meio digital, de acesso livre; artigos que incorporam a base de dados do Spell; “Google Scholar” e Sciello; e tendo como recorte as publicações de 2012 a 2018.
Critérios de Busca	Artigos que contenham as palavras “empreendedorismo feminino e resultados”, “mulheres empreendedoras”, “empreendedorismo e facilitadores”, “empreendedorismo e mulheres”, “empreendedorismo e baixa renda”, “mulheres mil” e “programa mulheres mil” no título, resumo e/ou palavras-chave; publicados em português; e com ISSN.
Aplicação dos Critérios de Busca e Possíveis Exclusões	Artigos que contemplem a discussão sobre os o empreendedorismo feminino, direta ou indiretamente (apontando elementos de referência e que de fato trouxessem a discussão e não apenas a citação do termo). Os resultados encontrados na Base de Dados foram de 50 artigos, sendo que 30 foram descartados por não serem condizentes com o tema, por possuir uma visão mais ampliada acerca do empreendedorismo feminino. Dessa forma, a análise recaiu sobre 20 artigos.
Análise Crítica do Material	Análise de conteúdo baseada nos pressupostos de Bardin (2011).

Fonte: Elaborado pelos autores

Dentro da segunda etapa do processo metodológico se enquadra a pesquisa de campo, em que foi utilizado o método do estudo de caso. Para Yin (2010), o método do estudo de caso é utilizado comumente nas ciências sociais, com a finalidade de auxiliar na retenção das características dos eventos da vida real, como os fenômenos individuais, sociais,

¹ SPELL – Scientific Periodicals Electronic Library – Base de dados gratuita de artigos científicos de Gestão.

² SciELO - Scientific Electronic Library Online – Base de dados gratuita Multidisciplinar de artigos científicos.

organizacionais, grupais e relacionados. Considerando o tema e os objetivos definidos para a presente pesquisa, este trabalho adota como método um estudo de caso único de abordagem qualitativa, utilizando as técnicas de coletas de dados por meio da observação in loco, pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas com 20 egressas do Programa Mulheres Mil, Ainda, Cabe ressaltar que para melhor organização dos dados, as entrevistadas foram identificadas por meio dos códigos de E1 à E20. A Tabela 2 a seguir apresenta o resumo os níveis a pesquisa de campo:

Tabela 2: Níveis da Pesquisa Empírica Adotada no Presente Estudo

NÍVEL DE PESQUISA	DESCRIÇÃO DETALHADA
Estratégia	Estudo de Caso
Principal Método de Coleta de Dados	Entrevista
Organização	Programa Mulheres Mil no IF Sudeste MG – Campus Barbacena
Fontes de Dados	Primários: Observação e Entrevistas (20 indivíduos) Secundário: Pesquisa documental
Corte Temporal	Prospectiva
Unidade de Análise	Egressas que participaram do Programa Mulheres Mil
Análise de Dados	Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011)

Fonte: Elaborao pelos Autores.

4. REVISÃO SISTEMÁTICA: MAPEAMENTO DOS ELEMENTOS QUE IMPACTAM NA ABERTURA E MANUTENÇÃO DOS NEGÓCIOS NO EMPREENDEDORISMO FEMININO

O presente estudo busca mapear os resultados da revisão sistemática do tema “empreendedorismo feminino”, através da avaliação de um corpus de artigos, advindos da base de dados Spell, “Google Scholar” e Scielo, no período de 2012 a 2018, no intuito de realizar o levantamento dos elementos que corroboram para a fundamentação da existência de inviabilizadores e/ou contribuintes na formação e manutenção das mulheres como empreendedoras, para haver uma comparação entre esses dados com os resultados oriundos do estudo de caso no Programa Mulheres Mil do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais – Campus Barbacena.

De acordo com a análise da base de dados, emergiram 50 resultados advindos da pesquisa das seguintes palavras-chave: “empreendedorismo feminino e resultados”, “mulheres empreendedoras”, “empreendedorismo e facilitadores”, “empreendedorismo e mulheres”, “empreendedorismo e baixa renda”, “mulheres mil” e “programa mulheres mil”, entretanto após a aplicação dos filtros estabelecidos na presente pesquisa restaram somente 20 artigos, que compõem o corpus de análise da revisão.

Através da análise dos dados da revisão sistemática da literatura do empreendedorismo feminino, pode-se observar que apesar da mescla de estudos aplicados em anos diferentes e em diversos setores e ramos, emergem diversos elementos semelhantes acerca do tema, o qua apresenta suas particularidades e ao mesmo tempo sua complexidade, contribuindo para diversas possibilidades de questionamento. Ainda, vale ressaltar que diante da revisão do corpus de artigos os elementos destacados estão voltados para as variáveis que influenciam na abertura e/ ou manutenção de um negócio feminino, conforme exposto a seguir.

Tabela 3: Principais variáveis que influenciam na abertura e/ou manutenção de um negócio feminino

QUANTIDADE DE ARTIGOS	PRINCIPAIS ELEMENTOS EMERGENTES NOS ESTUDOS ANALISADOS
9	Família
5	Experiência no ramo
4	Oportunidade

4	Qualificação
4	Recursos financeiros
3	Risco e ousadia
3	Exercício múltiplo de papéis
2	Cultura e trajetória
2	Inovação e Criatividade
2	Relações interpessoais
2	Autonomia
1	Funcionários qualificados
1	Planejamento
1	Autoconfiança

Fonte: Elaborado pela autora com base em Corpus da Revisão Sistemática

De acordo com o exposto na Tabela 3 acima, observa-se os elementos que emergem do corpus de artigos analisados, que impactam, positivamente e/ou negativamente na manutenção e abertura de negócios pelas mulheres, levando em conta sua intensidade. Dessa forma, para melhor compreensão, segue a organização dos dados com os artigos relacionados: (i) experiência no ramo (FABRÍCIO; MACHADO, 2012; MACHADO, 2013; ALPERSTEDT; FERREIRA; SERAFIM, 2014; PELOGIO et al., 2016; MOTA-SANTOS; NETO, 2017); (ii) qualificação (FABRÍCIO; MACHADO, 2012; MENEZES; OLIVEIRA, 2013; MACHADO; GUEDES; GAZOLA, 2017; ESTIVALETE; ANDRADE; COSTA, 2018); (iii) autoconfiança (CARREIRA et al, 2015); (iv) funcionários qualificados (FABRÍCIO; MACHADO, 2012); (v) exercício múltiplo de papéis (GOUVÊA et al, 2013; FERREIRA; NOGUEIRA, 2013; SANTOS et al, 2017; SILVA; GUIMARÃES, 2018); (vi) inovação e criatividade (GOUVÊA et al, 2013; MACHADO; GUEDES; GAZOLA, 2017); (vii) oportunidade (GOUVÊA et al, 2013; CARREIRA et al, 2015; FREITAS; TEIXEIRA, 2016; SILVA; GUIMARÃES, 2018); (viii) cultura e trajetória (FERREIRA; NOGUEIRA, 2013; MOTA-SANTOS; NETO, 2017); (ix) risco e ousadia (MACHADO, 2013; PELOGIO et al, 2016, CORTEZ; ARAÚJO, PEREIRA, 2017); (x) família (FABRÍCIO; MACHADO, 2012; MACHADO, 2013; MACHADO 2013; MENEZES; OLIVEIRA, 2013; ALPERSTEDT; FERREIRA; SERAFIM, 2014; FREITAS; TEIXEIRA, 2016; PEREIRA; FABRÍCIO. 2016; SANTOS et al, 2016; MOTA-SANTOS; NETO, 2017); (xi) recurso financeiro (FABRÍCIO; MACHADO, 2012; MACHADO, 2013; SANTOS et al, 2017; CAMARGO; LOURENÇO; FERREIRA., 2018); (xii) relações interpessoais (MENEZES; OLIVEIRA, 2013; BONFIM; TEIXEIRA, 2015); (xiii) planejamento (SILVA; GUIMARÃES, 2018); e, (xiv) autonomia (CORTEZ; ARAÚJO, PEREIRA, 2017; SILVA; GUIMARÃES, 2018).

Em complemento ao contexto apresentado, pode-se observar que os elementos “família”, “experiência no ramo”, “oportunidade”, “qualificação” e “recursos financeiros”, se destacaram diante dos demais, sendo as variáveis mais discutidas nos diversos estudos selecionados. A base para se empreender e para se manter em uma ação empreendedora é totalmente influenciada pela família, visto que esta se encontra mais próxima da mulher e a partir dela é que emerge a necessidade por um negócio ou a oportunidade para a identificação de novos caminhos através do apoio e inspiração (SANTOS et al., 2016; FREITAS; TEIXEIRA, 2016). Cabe ressaltar que devido à família, muitas mulheres formam uma dupla jornada de trabalho, mas por outro lado, outras não seguem as oportunidades por causa da priorização da mesma. Já a experiência no ramo se caracteriza como componente complementar, pois a partir dela há maiores chances de definição na gestão do negócio, contribuindo para melhor visualização dos elementos básicos ao empreendimento (PELOGIO et al., 2016). Em relação às oportunidades, as mulheres podem agir em prol de seus objetivos e terem a chance de ascensão (CARREIRA et al. 2015). Enquanto com a qualificação podem validar sua trajetória de sucesso (MENEZES; OLIVEIRA, 2013).

Por fim, os recursos financeiros são essenciais tanto para o início de uma atividade empreendedora, quanto para a manutenção da mesma, pois através dele há a movimentação do negócio. Em uma visão geral, todos os elementos elencados, sendo eles pouco evidentes ou não, podem se apresentar como influenciadores positivos ou negativos, dependendo de cada situação analisada, pois a revisão é ampla e se torna válida tal análise.

5. O CASO: A POLÍTICA PÚBLICA DO PROGRAMA MULHERES MIL NO IF SUDESTE MG – CAMPUS BARBACENA E OS DADOS DA PESQUISA DE CAMPO

O Programa Mulheres Mil se expandiu para todas as redes dos Institutos Federais a partir de 2011, onde o Campus Barbacena teve sua oportunidade de abraçar a causa. Entre as metas estabelecidas pelo programa do Campus Barbacena está: a erradicação da extrema pobreza e da fome, promoção da igualdade entre os sexos, autonomia das mulheres, garantia da sustentabilidade ambiental, promoção da formação profissional e empoderamento de mulheres em situação de vulnerabilidade social. De acordo com a gestora do Mulheres Mil – Campus Barbacena, Bianca Monteiro Marques Alves, o programa muda a forma de pensar das alunas, uma vez que elas começam a enxergar as possibilidades existentes, as perspectivas do futuro para obtenção da mudança de vida. Ainda, segundo a gestora os cursos eram oferecidos em várias áreas para atender as mulheres de acordo com suas necessidades e perspectivas.

O programa contou com cinco turmas, no período de 2011 a 2016, onde foram oferecidas várias aulas voltadas para a autoestima, empoderamento, direito, saúde, profissionalização e escolaridade. Dentre os cursos oferecidos estavam os de artesanato, panificação, auxiliar de cozinha, cuidadora de idosos, confeitaria e recepcionista. Após a formação de todas as turmas houve o levantamento de que cerca de 500 mulheres ingressaram e mais de 400 concluíram o referido programa.

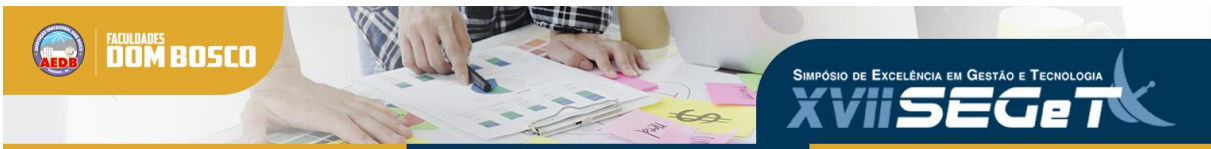
Houve o interesse na seleção do referido programa, devido ao seu direcionamento como política pública para as mulheres de baixa renda e pelo fato de trazer em suas diretrizes a questão do estímulo ao empreendedorismo. Portanto, o tema empreendedorismo feminino e políticas públicas, conforme apresentado no referencial se adequa ao estudo de caso no programa Mulheres Mil. Tendo em vista a análise dos dados da pesquisa de campo, advindas de entrevistas, observação in loco e pesquisa documental, chegou-se a seguinte identificação de elementos que afetam negativamente ou positivamente na abertura e/ ou manutenção de empreendimentos femininos, vide tabela 4.

Tabela 4: Principais variáveis que influenciam na abertura e/ou manutenção de um negócio feminino encontrados na pesquisa de campo

QUANTIDADE CITADA POR ENTREVISTADA	ELEMENTOS EMERGENTES DO ESTUDO DE CASO
17	Recurso financeiro
14	Empoderamento
9	Conhecimento
4	Inadimplência
3	Valorização do trabalho
2	Deslocamento
2	Oportunidade
2	Família

Fonte: Elaborado pelos autores com base nas Entrevistas e Notas de Campo

De acordo com o exposto acima, observa-se que os elementos “recurso financeiro”, “empoderamento”, “conhecimento” e “inadimplência”, se destacam como os principais emergentes do estudo de caso quando comparados aos demais relacionados. Tendo em vista os objetivos do estudo de caso, constatou-se que dentre uma quantidade de 20 entrevistadas, apenas 8 conseguiram abrir seu negócio, sendo que 4 não se sustentaram.



A pequena parte das mulheres que empreenderam após o término do programa, se beneficiou da realização dos cursos para aprender algo novo ou desenvolver outras habilidades e capacidades que eram estimuladas durante o processo de aprendizagem, como o empoderamento, para assim poder iniciar seu negócio e até mesmo se manter. Contudo, algumas ponderaram que a falta de valorização do trabalho, a inadimplência, o deslocamento, a oportunidade, a família e a falta de recursos eram elementos que impactavam negativamente.

Um dos aspectos evidenciado no discurso das entrevistadas refere-se ao fato de que tinham em si o desejo de trabalhar com seu próprio negócio, após o fim do programa, mas a falta de recursos as impediam de seguir em frente com a ideia. Como afirma uma das entrevistadas: “*A questão do dinheiro para dar início é complicado*” (E20). Em outros depoimentos também fica claro que algumas mulheres que abriram seu negócio, não se mantiveram pela questão dos recursos em falta, conforme trecho da egressa E3, “*(...) eu quero muito o próprio negócio sim (...), preciso muito (...) ah se eu tivesse a oportunidade de manter um negócio próprio (...)*”. Em outra análise, observa-se que das quatro mulheres que abriram e fecharam seu negócio, três deixaram evidentes a questão da inadimplência como fator ocasionador, como exposto por uma das entrevistadas “*Ah eu faço uns crochê (...) ah vende mais tem uns que não paga (...), então encomenda a gente faz o caminho da gente, chega na hora uns encomenda e não fica*” (E7).

Os dados da pesquisa de campo, através das entrevistas, trazem o “empoderamento” como um dos elementos mais citados pelas egressas em relação ao alcance do programa. As falas das entrevistadas evidenciaram que na participação do mesmo, houve um trabalho muito direcionado e “forte” para o alcance da autoestima, conforme discurso de uma das egressas “*Colocava a gente pra cima a todo tempo*” (E7). O elemento “conhecimento” também se mostrou muito presente nos dados coletados, uma vez que era a base do programa e motivo de interesse para a participação da maioria das mulheres. Esse aspecto pode ser evidenciado no seguinte depoimento da entrevistada E3: “*Superou bem minhas expectativas porque assim, muita coisa assim eu já sabia fazer, parte de pão, bolinho fazendo o curso aqui eu aperfeiçoei umas coisas que eu não sabia... aperfeiçoei um pouco e comecei a fazer umas coisas em casa*”. Tais elementos citados foram responsáveis pela influência positiva (contributos) na vida das mulheres, pois o programa trabalhou essas questões, e dentro dos discursos das egressas eram citados como uma contribuição positiva, onde se apresentou a agregação de conhecimento e autoestima, não havendo perdas.

Para o lado das influências negativas (inviabilizadores), os elementos “recursos financeiros” e “inadimplência” emergiram da análise dos questionamentos sobre o empreendedorismo. Muitas mulheres temiam a ação empreendedora pelo medo da inadimplência e outras por vivenciar tal experiência decidiram por interromper o negócio. Já a questão dos recursos financeiros impediu a continuidade de algumas mulheres e também sua iniciativa, algo verídico pelo fato de se tratar de mulheres de baixa renda.

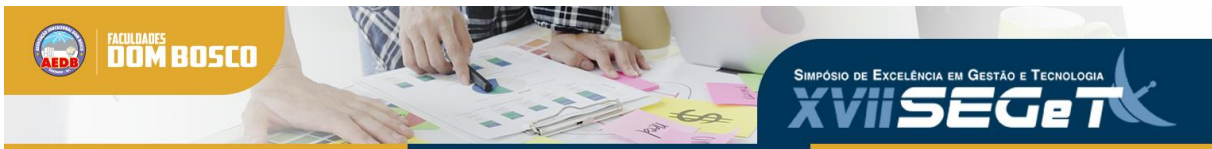
6. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Há a evidência de que no estudo de caso não houve a identificação da diversidade de elementos apresentados e elencados na revisão sistemática. A pesquisa de campo abrange e demonstra mulheres de baixa renda que possuem suas atividades inseridas na informalidade, por outro lado, os estudos analisados na revisão sistemática possuem em sua grande maioria sujeitos de pesquisa (mulheres) inseridas em negócios mais amplos e estruturados. Dessa forma, tal fato traz a conclusão de que para cada sujeito analisado, os elementos evidentes apresentarão diferenças, que não deixam de ser relevantes para um comparativo de métodos.

Levando em consideração as influências que podem inviabilizar e/ou contribuir na formação e manutenção das mulheres como empreendedoras, e a comparação entre os resultados dos dois métodos apresentados no estudo, observa-se que os elementos de maior destaque não apresentaram semelhanças entre si em relação ao grau de importância. O elemento família não foi evidenciado em primeiro plano no estudo de caso como na revisão sistemática, apesar de ter sido citado. Portanto, pode-se observar que o nível de percepção dos elementos influenciadores do empreendedorismo está totalmente ligado ao tipo de ocupação de cada mulher. Quando se fala em família como elemento de influência no empreendedorismo feminino, as questões de dupla jornada, filhos, apoio, incentivo, conciliação de tempo e cultura familiar empreendedora entram em jogo (NATIVIDADE, 2009; VAZ; SANTOS; LEICHSENRING, 2019).

No caso da maioria das mulheres que se enquadram em atividades formais ou estruturadas, como apresentado na revisão sistemática, grande parte dos elementos citados acima recai sobre as mesmas, tanto pela vertente dos contributos, quanto pela dos inviabilizadores. Em relação à maioria das mulheres egressas entrevistadas do Programa Mulheres Mil, que se enquadra em atividades autônomas (informais) e possuem um perfil específico, há o entendimento de que devido à flexibilização de tempo, pelo fato da sua atividade ser na própria residência, a falta de uma cultura empreendedora por parte dos familiares, o número pequeno de filhos e a falta de capital houve uma lacuna de percepção da maioria das entrevistadas em relação à influência da família em seus negócios. As mesmas apontaram o elemento recurso financeiro como de maior impacto para a questão do empreendedorismo, principalmente como inviabilizador. Como afirma uma das entrevistadas: *“A questão do dinheiro para dar início é complicado”* (E20). Em outros depoimentos também fica claro que algumas mulheres que abriram seu negócio, não se mantiveram pela questão dos recursos em falta, conforme trecho da egressa E3, *“(...) eu quero muito o próprio negócio sim (...), preciso muito (...) ah se eu tivesse a oportunidade de manter um negócio próprio (...)”*. Vale ressaltar que tal elemento também se apresenta na revisão sistemática, mostrando seu nível de importância para o empreendedorismo feminino, porém não se destaca em primeiro plano devido ao perfil das mulheres analisadas que atraem outros elementos como relevantes. Devido os diversos empecilhos encontrados pelas mulheres, principalmente as de baixa renda, muitas perdem a oportunidade do empreendimento devido à falta de apoio financeiro para realização da prática (MENEGATTI; RIBEIRO; MENEGHATTI, 2014), e devido à necessidade da resolução da conciliação de responsabilidades, muitas se inserem na atividade empreendedora informal (BRUSCHINI, 1994).

Cabe apontar, que os demais elementos aparentes no método da revisão sistemática e do estudo de caso como a “experiência no ramo”, “oportunidade”, “qualificação”, “empoderamento”, “conhecimento” e “inadimplência”, corroboram para a compreensão de que há uma importância de políticas públicas para o fomento do empreendedorismo feminino e para o suporte do mesmo, visto que há a presença de tais elementos na realidade das mulheres. GEM (2018) contribui ao demonstrar que em um grau de importância para o incremento do empreendedorismo os elementos como as ações governamentais, o apoio financeiro e a educação e capacitação, são de extrema importância. A política pública já tem por objetivo trazer soluções para as desconformidades aparentes (CARPENEDO, 2011), como é o caso do Programa Mulheres Mil, que em seu eixo busca trazer benefícios para a melhoria de vida das mulheres através da educação profissionalizante (SILVA, 2015; CARMO, 2019). Diante desse contexto, tendo a educação como base para o alcance do conhecimento também traz contributos para o empreendedorismo, pois de acordo com (IULIANA, 2014; GEM, 2017), a falta da mesma se torna um bloqueio para o andamento dos negócios. Esse aspecto pode ser evidenciado no seguinte depoimento da entrevistada E3: *“Superou bem minhas expectativas porque assim, muita coisa assim eu já sabia fazer, parte de pão, bolinho fazendo*



o curso aqui eu aperfeiçoei umas coisas que eu não sabia... aperfeiçoei um pouco e comecei a fazer umas coisas em casa”.

Percebe-se que a questão do empoderamento se evidencia apenas no estudo de caso, devido às diretrizes da política pública de gênero que possui tal objetivo como base para o alcance de demais contribuintes, conforme discurso de uma das egressas “*Colocava a gente pra cima a todo tempo*” (E7). Na revisão sistemática os elementos “autoconfiança” e “autonomia” se assemelham à essa questão. O fomento do empreendedorismo de baixa renda se inicia com uma base de construção da mentalidade das mulheres perante sua figura na sociedade, para posteriormente haver a construção dos próximos passos, como o caso do empreendedorismo. As mulheres vulneráveis apresentam um perfil frágil que exige uma remodelação para que seja introduzido as características de uma empreendedora. Para as mulheres que se encontram em condições diferenciadas, tal etapa de empoderamento não é tão necessária, pois por si só herdam da família o espírito empreendedor ou já possuem maiores instruções ao longo de sua vida. Todavia não se pode descartar a importância do empoderamento na vida das mulheres em geral como contribuinte para o espírito empreendedor, pois o mesmo se associa à autonomia que impulsiona a ação para busca de melhorias (FERNANDES et al, 2016; BARROS, MELO, 2016).

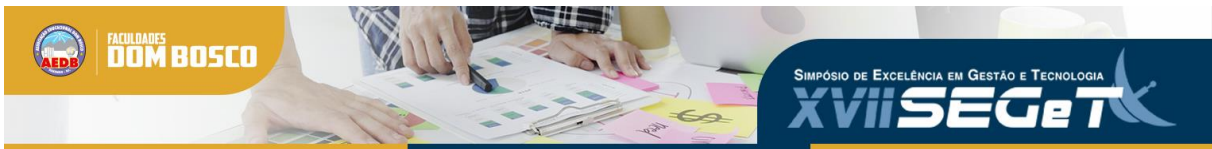
Sob o olhar do empreendedorismo e partindo dos pressupostos do estudo de caso, verifica-se que apesar dos contributos de empoderamento e conhecimento (qualificação) adquirido pelas mulheres no Programa Mulheres Mil, os mesmos não foram suficientes em sua totalidade para o desenvolvimento sólido de empreendedoras, conforme levantamento. Dessa forma pode-se chegar à conclusão de que em partes o Programa Mulheres Mil do Campus Barbacena estimulou o empreendedorismo, mas que após a formação das egressas trouxe a desvinculação das mesmas, algo que dificultou na sustentação e até mesmo abertura dos negócios. A ênfase estava em que apesar de possuir uma vontade de empreender acabavam por não ter um suporte financeiro, devido à baixa condição econômica e as condições de desemprego, fator este que é apresentado em maioria no perfil das entrevistadas. Como se pode observar, existe uma gama de elementos que norteiam o empreendedorismo, assim sendo, para que alguma ação governamental seja eficiente nesse ponto é necessária a engrenagem de soluções que juntas consigam dar suporte umas as outras. Não basta apenas o conhecimento e o sentimento de empoderamento para empreender, há a necessidade uma experiência prática, ou em sua falta, um auxílio que ampare na hora das dificuldades, como é o caso da inadimplência.

O sistema público engessado trouxe seus contributos para as dificuldades de se conseguir apoio fora da instituição receptora do Programa Mulheres Mil, uma vez que após a formação as mulheres ficaram desamparadas, não havia a possibilidade de direcionamento e acompanhamento, interrompendo um ciclo. De certa forma os elementos tragos pelo programa tinham como previsão, desenvolver as mulheres para que após o término pudessem buscar novos rumos, porém tal questão se esbarrou nos inviabilizadores existentes no mundo do empreendedorismo feminino.

De maneira geral, no estudo de caso as mulheres tiveram como contribuintes o empoderamento e o conhecimento, entretanto se depararam com a falta de recursos e a inadimplência como inviabilizadores. Já na revisão sistemática, observa-se que todos os elementos elencados quando presentes na vida das mulheres podem se mostrar como contribuintes, mas em falta podem se configurar como inviabilizadores.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro do comparativo de métodos, verifica-se que o estudo de caso apresentou elementos mais específicos devido ao direcionamento pontual à política pública do Programa

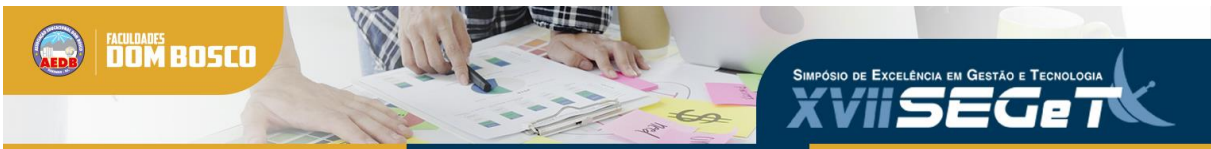


Mulheres Mil, diferentemente da revisão sistemática que se apresenta como uma mescla de estudos variados. Assim sendo, levando em consideração o objetivo da pesquisa, em identificar elementos que contribuem e/ou inviabilizam na abertura e/ ou manutenção de negócios femininos, pode-se destacar como relevantes os seguintes elementos que emergiram da pesquisa: (a) família; (b) recurso financeiro; (c) experiência no ramo; (d) oportunidade; (e) qualificação; (f) conhecimentos e (g) empoderamento. Tal diferença se dá pelo fato da distinção dos sujeitos da pesquisa, pois para as mulheres de baixa renda os aspectos, em exclusão dos recursos financeiros, possuem suas particularidades e diferenças quando comparados ao da revisão sistemática.

De maneira amplificada, os elementos identificados na presente pesquisa auxiliam no entendimento dos enfrentamentos do empreendedorismo feminino e na importância das políticas públicas voltadas para essa vertente. Portanto, as contribuições desse estudo estão pautadas no auxílio para a criação de programas e políticas públicas que promovam o empreendedorismo feminino, uma vez que as mulheres, principalmente as de baixa renda, merecem maior atenção dentro da sociedade em que vivem para que possam atingir a emancipação, devido as diversas barreiras que existem e podem se tornar empecilhos para o empreendedorismo, conforme exposto na discussão de resultados.

8. REFERÊNCIAS

- ABREU, A.; ALCÂNTARA, R. L. C.** Entendendo a gestão de recursos humanos em cadeias de suprimentos: levantamento com o uso de revisão sistemática da literatura. *Revista de Administração da Unimep*, [s. L.], v. 12, n. 1, p.100-128, abr. 2014.
- ALANIZ, E. P.; MANTOVANI, T. R. D.; LUVIZOTTO, C. K.** Política de formação profissional no Brasil: uma análise do programa mulheres mil. *Revista Organizações e Democracia*, Marília, v. 17, n. 1, p.85-100, 12 jul. 2016.
- ALMEIDA, D. C.** Avaliação de políticas públicas: um estudo de caso do Programa Mulheres Mil em Alagoas com enfoque na eficiência, eficácia e efetividade. 2018. 84 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.
- ALPERSTEDT, G. D.; FERREIRA, J. B.; SERAFIM, M. C.** Empreendedorismo Feminino: dificuldades relatadas em histórias de vida. *Revista de Ciências da Administração*, Santa Catarina, v. 16, n. 40, p.221-234, dez. 2014.
- BARDIN, L.** *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edição 70, 2011.
- BARROS, V. R. F.; MELO, M. C. O. L.** Empoderamento ou mudança de situação financeira? Um estudo com beneficiárias do Programa Bolsa Família. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, [s.l.], v. 21, n. 70, p.266-283, 6 dez. 2016.
- BOMFIM, L. C. S.; TEIXEIRA, R. M.** Empreendedorismo feminino: desafios enfrentados por empreendedoras na gestão de pequenos negócios no setor de turismo. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p.48-69, jun. 2015.
- BORDIGNON, L.** O Programa Mulheres Mil e o Cooperativismo no Brasil. *Revista Trabalho Necessário*, [s.l.], v. 14, n. 24, p.127-144, 28 jun. 2018.
- BRUSCHINI, M. C. A.** O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. *Estudos Feministas*, número especial, p. 179-199, 1994.
- CAMARGO, R. A. M. M.; LOURENÇO, M. L.; FERREIRA, J. M.** Mulheres empreendedoras no Brasil: quais seus medos?. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, São Paulo, v. 20, n. 2, p.178-193, jun. 2018.
- CARMO, N. C.** Programa Mulheres Mil: Uma Análise Multidimensional. 2019. 158 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Economia Doméstica, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2019.
- CARPENEDO, M.** Quando a resistência se torna política pública: Analisando a produção de subjetividade(s) nas políticas de equidade de gênero no campo do trabalho. 2011. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Psicologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- CARREIRA, S. S. et al.** Empreendedorismo feminino: um estudo fenomenológico. *Revista de Gestão e Tecnologia*, Florianópolis, SC, v. 5, n. 2, p.6-13, jun. 2015.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Planalto, Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12, set. 2019.



CORTEZ, A. E. G.; ARAÚJO, A. G.; PEREIRA, F. A. M. A Influência dos Aspectos Cognitivos e Afetivos de Mulheres Empreendedoras nas Diferentes Fases de Desenvolvimento de um Negócio. *Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas*, [s.l.], v. 6, n. 2, p.234-262, ago. 2017.

CRAMER, L. et al. Representações femininas da ação empreendedora: uma análise da trajetória das mulheres no mundo dos negócios. *Regepe - Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas*, [s.l.], v. 1, n. 1, p.53-71, 23 jul. 2012.

ESTIVALETE, V. F. B.; ANDRADE, T.; COSTA, V. F. Contribuições do Empreendedorismo Social para o Aumento da Participação das Mulheres no Mercado de Trabalho. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa, Curitiba, Pr.* v. 17, n. 2, p.172-191, maio 2018.

FABRÍCIO, J. S.; MACHADO, H. V. Dificuldades para criação de negócios: um estudo com mulheres empreendedoras no setor do vestuário. *Revista Gestão e Planejamento, Salvador*, v. 12, n. 3, p.515-529, dez. 2012.

FERNANDES, T. S. et al. DIMENSÕES DO EMPODERAMENTO FEMININO: AUTONOMIA OU DEPENDÊNCIA?. *Revista Alcance, Biguaçu*, v. 23, n. 3, p.391-413, set. 2016.

FERREIRA, J. M.; NOGUEIRA, E. E. S. Mulheres e Suas Histórias: Razão, Sensibilidade e Subjetividade no Empreendedorismo Feminino. *Rac, Rio de Janeiro*, v. 17, n. 4, p.398-417, ago. 2013.

FREITAS, R. K.; TEIXEIRA, R. M. Identificação de oportunidades empreendedoras por mulheres. *Economia e Gestão, Belo Horizonte*, v. 16, n. 44, p.82-108, out. 2016.

GEM - Global Entrepreneurship Monitor Empreendedorismo no Brasil: 2018 \ Coordenação de Simara Maria de Souza Silveira Greco; diversos autores -- Curitiba: IBQP, 2018. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2019/02/Relat%C3%B3rio-Executivo-Brasil-2018-v3-web.pdf>. Acesso em: 02 de agosto de 2019.

GEM - Global Entrepreneurship Monitor Empreendedorismo no Brasil: 2016 \ Coordenação de Simara Maria de Souza Silveira Greco; diversos autores -- Curitiba: IBQP, 2017.

GOUVÊA, A. B. C. T.; SILVEIRA, A.; MACHADO, H. P. V. Mulheres Empreendedoras: Compreensões do Empreendedorismo e do Exercício do Papel Desempenhado por Homens e Mulheres em Organizações. *Regepe - Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas*, [s.l.], v. 2, n. 2, p.32-54, dez. 2013.

HISRICH, R.D.; PETERS, M.P. *Empreendedorismo*. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

HUBNER, D. L. M.; LOPES, I. D.; MUELLER, A. A.; GRZYBOVSKI, D. Programa Mulheres Mil: uma reflexão com vistas ao empoderamento da mulher. VIII Seminário Internacional do Desenvolvimento Regional: Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios. Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 13 a 15 de setembro de 2017. Disponível em <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/viewFile/16794/4420>. Acessado em 22 de março e 2019.

IGARASHI, W.; IGARASHI, D. C. C.; BORGES, B. J. Revisão sistemática e sua potencial contribuição em “negócios, gerenciamento e contabilidade”. *Gestão & Regionalidade*, [s.l.], v. 31, n. 91, p.138-151, 2 abr. 2015.

IULIANA, C. Female entrepreneurship in local development. *Management Strategies Journal*. [s. L.], p. 571-579. dez. 2014.

LAGOS, M. B.; BERNARDT, M. L. “Palmas para Mulheres Mil” em Comunidades Quilombolas e a Participação do Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas. *Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen, Rs*, v. 18, n. 2, p.27-49, dez. 2017.

LIMA, E. O.; NELSON, R.; NASSIF, V. M. J. Gênero, classe social e empreendedorismo: foco nas estudantes universitárias de um país emergente. *Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria*, v. 9, n. 4, p.579-604, dez. 2016.

MACHADO, H. P. V.; GAZOLA, S.; ANEZ, M. E. M. Criação de empresas por mulheres:: Criação de empresas por mulheres: um estudo com empreendedoras em natal, rio grande do norte. *Revista de Administração Mackenzie, São Paulo*, v. 14, n. 5, p.177-200, mar. 2013.

MACHADO, H. P. V.; GUEDES, A.; GAZOLA, S. Determinantes e dificuldades de crescimento para mulheres empreendedoras. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração, Rio de Janeiro*, v. 11, n. 1, p.85-99, mar. 2017.

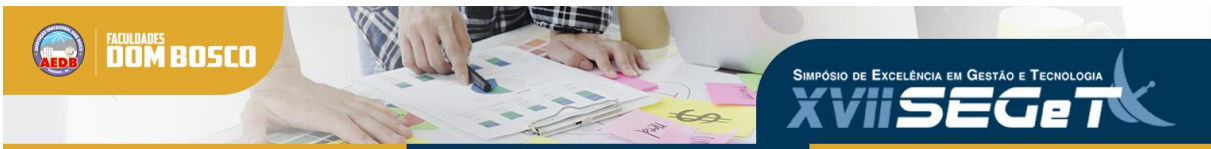
MACHADO, H. V. Mulheres Empreendedoras: Relato de Experiências, Trajetórias e Desafios. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, [s.l.], v. 2, n. 1, p.128-135, fev. 2013.

MARINHA, C. et al. *Empreendedorismo Jovem—Um Olhar sobre Portugal*. IFDEP—Instituto para o Fomento e Desenvolvimento do Empreendedorismo em Portugal, Departamento de Research, 2014.

MEC. Ministério da Educação Guia Metodológico do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito. Organização: Stela Márcia Moreira Rosa – Brasília: Ministério da Educação, 2014.

MEC. Ministério da Educação Portaria Nº 1.015 de 21 de julho de 2011a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8589-portaria1015-220711-pmm-pdf&category_slug=agosto-2011-pdf&Itemid=30192. Acesso em 10 de novembro de 2019.

MEC. Ministério da Educação. *Mulheres mil: do sonho à realidade: Thousand women: makingdreams come true = Millefemmes: du revê à laréalité*. Organização: Stela Rosa – Brasília: Ministério da Educação, 2011b.



- MENEGATTI, M. S.; RIBEIRO, I.; MENEGHATTI, R. M.** Fatores inibidores do empreendedorismo em pequenos e médios negócios. I CINGEN- Conferência Internacional em Gestão de Negócios 2015 - Cascavel, PR, Brasil, 16 a 18 de novembro de 2015. Disponível em: [http://cacphp.unioeste.br/eventos/cingen/artigos_site/convertido/3_Empreendedorismo/Fatores_inibidores_do_empreendedorismo_em_pequenos_e_medios_negocios_\(1\).](http://cacphp.unioeste.br/eventos/cingen/artigos_site/convertido/3_Empreendedorismo/Fatores_inibidores_do_empreendedorismo_em_pequenos_e_medios_negocios_(1).) Acesso em 01 de agosto de 2019.
- MENEZES, R. S. S.; OLIVEIRA, J. L.** Análise do discurso de “mulheres de negócio” associadas à business professional women. *Revista de Gestão, São Paulo*, v. 20, n. 4, p.425-440, dez. 2013.
- MONITOR-GEM, GLOBAL ENTREPRENEURSHIP.** Empreendedorismo no Brasil: 2014. Coordenação de Simara Maria de Souza Silveira Greco; diversos autores -- Curitiba: IBQP, 2014.
- MOTA-SANTOS, C. M.; CARVALHO NETO, A. M.** O papel da família na trajetória profissional de mulheres executivas e empreendedoras. *Revista Alcance, Vale do Itajaí Biguaçu*, v. 24, n. 1, p.36-49, abr. 2017.
- NATIVIDADE, D. R.** Empreendedorismo feminino no Brasil: políticas públicas sob análise. *Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro*, v. 43, n. 1, p.231-256, fev. 2009.
- PELOGIO, E. A. et al.** Criação de empresas à luz do modelo de decisão effectuation: um estudo com mulheres empreendedoras de um município do nordeste brasileiro. *Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria*, v. 9, n. 4, p.644-663, dez. 2016.
- PEREIRA, J. A.; FABRÍCIO, J. S.** A Importância da Experiência e do Conhecimento Prévio na Identificação e Exploração de Oportunidades no Contexto do Empreendedorismo por Mulheres: O Caso da Fábrica de Unhas. *Recc – Revista Eletrônica Científica do Cra-pr, [S. L.]*, v. 3, n. 1, p.26-43, jun. 2016.
- PONTES, D.; DAMASCENO, P.** As políticas públicas para mulheres no brasil: avanços, conquistas e desafios contemporâneos. *Anais. Seminário Internacional Fazendo Gênero*, p. 1-11, 2017.
- RIBEIRO, L. E. G.** A Qualificação Profissional e Cidadã: Um Estudo do Programa Mulheres Mil, a Partir da Experiência do Instituto Federal de Goiás, Câmpus de Luziânia. 2013. 155 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação da Universidade de Brasília/unb, Brasília, 2013.
- RODRIGUES, R. B.; MELO, M. C. O. L.; LOPES, A. L. M.** Gênero Feminino no Empreendedorismo de Sucesso em Minas Gerais: Estudo de Casos. *Revista Organizações em Contexto, [s.l.]*, v. 12, n. 23, p.143-172, 30 jun. 2016.
- SAMPAIO, R. F., MANCINI, M. C.** *Revista Brasileira de Fisioterapia, São Carlos*, vol. 11, n. 1, p. 83-89, 2007.
- SANTOS, C. M. M. et al.** As mulheres estão quebrando as três paredes de vidro? um estudo com empreendedoras mineiras. *Revista Economia & Gestão, Belo Horizonte*, v. 16, n. 45, p.126-149, 27 fev. 2017.
- SANTOS, G. J. et al.** Empreendedorismo feminino no mercado de trabalho: uma análise de seu crescimento. *Brazilian Journal Of Development. Curitiba*, p. 450-464. dez. 2017.
- SILVA, A. S. B.; GUIMARÃES, J. C.** Empreendedorismo Feminino: Perfil no Segmento da Beleza e da Estética. *Revista da Micro e Pequena Empresa, Campo Limpo Paulista*, v. 12, n. 2, p.54-71, 27 ago. 2018.
- SILVA, C. R. C.** Programa Mulheres Mil: Subjetividade, Inclusão e Governabilidade. 2015. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2015.
- SILVA, T. M.** VOCATIONAL EDUCATION AND PUBLIC POLITICS WOMEN MIL: implementation under the IFMA in São Luís. 2015. 102 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015.
- SOUZA, L. L.** Política Pública Para Mulheres Através do Programa Mulheres Mil - Ações no Instituto Federal de Pernambuco. 2018. 124 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação de Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.
- TAVARES, P. M.; ARAUJO, J. J.** O Programa Mulheres Mil como uma Possibilidade de Autonomia para Mulheres em Vulnerabilidade Social. *Relacult - Revista Latino-americana de Estudos em Cultura e Sociedade, [s.l.]*, v. 4, p.1-12, 28 fev. 2018.
- VAZ, D. V.; SANTOS, D. B.; LEICHSENDRING, A. R.** Duração do emprego formal e desigualdade de gênero no Brasil: o caso das famílias de baixa renda. *Anais*, p. 1-22, 2019.
- VAZ, D. V.; SANTOS, D. B.; LEICHSENDRING, A. R.** Duração do emprego formal e desigualdade de gênero no Brasil: o caso das famílias de baixa renda. *Anais*, p. 1-22, 2019.
- VIANNA, M. O. S.; TEIXEIRA, R. M.; FRANCA, V. V.** Perfil dos Empreendedores Individuais e Características dos Negócios Formalizados pelo Programa EI em Aracaju, Sergipe. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração, Rio de Janeiro*, v. 7, n. 2, p.19-40, jun. 2013.
- YIN, R. K.** Estudo de caso: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2010.